

ATENÇÃO A VITIMIZADORES SEXUAIS, SUAS VÍTIMAS E ACOMPANHANTES NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Arthur Grimm Cabral, Josiane Giese, Marina Souza

Acadêmicos do Curso de Psicologia da UFSC

Maria Juracy Filgueiras Toneli, Dra.

Professora do Departamento de Psicologia da UFSC (Coordenadora)

juracy@cfh.ufsc.br

Resumo

Este artigo apresenta um levantamento teórico sobre relações de gênero, masculinidades e violência, bem como considerações sobre projeto de intervenção iniciado na cidade de Florianópolis. O projeto surgiu numa parceria do núcleo MARGENS - modos de vida, família e relações de gênero - e a Secretaria Municipal de Saúde e teve por objetivo desenvolver trabalho terapêutico com crianças e adolescentes residentes no município, envolvidos em violência sexual, seja na condição de vítima ou de vitimizador, visando à interrupção do ciclo de geração e reprodução da violência.

Palavras-chave: Relações de gênero, violência sexual, autores de violência.

Introdução

No município de Florianópolis, os dados indicam uma crescente notificação dos casos de crianças e adolescentes envolvidos em violência sexual. Nas estatísticas da Rede de Atenção Integral às Vítimas da Violência Sexual, 70% dos atendimentos correspondem a crianças e adolescentes e o Programa Sentinela registrou, no primeiro semestre de 2004, 211 crianças em situação de abuso e exploração sexual¹. Estes dados evidenciam um cenário de intensa demanda por políticas de saúde pública que dêem conta das várias facetas da violência sexual, a qual possui como fator constitutivo a construção histórica das relações de gênero. A violência estaria como consequência de uma normatividade que hierarquiza padrões de comportamento entre os sexos e constitui o modelo de masculinidade hegemônico, o qual está atrelado a um ideal de virilidade estreitamente relacionado a uma postura de competição e violência (WELTZER-LANG, 2004).

¹ Estes dados foram obtidos via entrevistas realizadas com os responsáveis pelos respectivos serviços.

Pouco se fala a respeito da violência sexual doméstica, o que talvez possa ser explicado pela crença do lar como espaço seguro onde se pode crescer e aprender com afeto e carinho. Na realidade, o que se observa é uma permissividade para o comportamento agressivo do homem no âmbito intrafamiliar. Contribuindo para a ocorrência e perpetuação dos comportamentos agressivos do homem dentro da família, está a representação social que liga demonstrações de força e agressividade à masculinidade (SINCLAIR, 1985 *apud* PADOVANI; WILLIAMS, 2002).

Greig (2001 *apud* SOUZA, 2005) afirma que é preciso articular as discussões acerca da masculinidade, gênero e violência, a fim de visualizar, de forma mais concreta, o papel e a responsabilidade dos homens no fim da violência baseada no gênero. Faz-se necessário pensar o comportamento dos homens a partir de seus contextos de vida, focalizar o processo de socialização que produz conexões entre masculinidade e violência. Essa abordagem traz a participação da família e da cultura na produção de homens violentos e inclui questões sobre a violência estrutural de gênero, como uma construção social que determina uma relação desigual e opressiva entre as pessoas.

A realização deste projeto de extensão universitária deu-se em parceria com uma iniciativa da Secretaria de Saúde do município de Florianópolis que, através da elaboração da Rede de Atenção Integral às Vítimas de Violência Sexual, possibilitou a implantação de um projeto de atenção a autores e vítimas de violência sexual, assim como a seus familiares. Este, posteriormente denominado Projeto Fênix, surgiu através do entendimento de que, para interferir no ciclo de geração de violência, é necessário trabalhar não apenas com as vítimas, mas também com as pessoas que cometem a violência, sendo esse objetivo dentro do Sistema Único de Saúde, pioneiro.

Com uma equipe formada por três psicólogos e uma assistente social, além de uma supervisora e da coordenadora geral, o projeto Fênix também agregou a parceria com o núcleo de pesquisa “MARGENS” - modos de vida, família e relações de gênero - do Departamento de Psicologia/UFSC. O projeto “Violência sexual infanto-juvenil: Atenção a vitimizadores sexuais, suas Vítimas e acompanhantes no município de Florianópolis” contou com financiamento do DAEx/UFSC e bolsas de extensão. Nesta iniciativa, teve-se o intuito de contribuir para a literatura e disseminar os programas de atendimento aos autores e vítimas de violência sexual, bem como delinear uma

metodologia de intervenção. Objetivos esses que se tornam ainda mais urgentes quando pensados em relação aos sujeitos que cometeram alguma agressão, visto que a maioria dos espaços já existentes presta atendimento apenas às vítimas de violência. Configura-se, assim, uma grande demanda por serviços que possibilitem ao autor da agressão reconhecer sua dificuldade e criar instrumentos para lidar com ela, abrindo-se um espaço para a desconstrução de uma posição marginalizada, bem como tornar possível a este a construção de uma nova postura em seu cotidiano, visando à interrupção do ciclo de geração e reprodução da violência. Como aponta Saffioti (2004):

As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima. Sofrendo esta algumas mudanças enquanto a outra parte permanece o que sempre foi, mantendo seu *habitus*, a relação pode inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos vêem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação na relação violenta.

Dessa maneira, fez-se norteadora do olhar no campo, a possibilidade de desmistificar o lugar de vítima e agressor, assim como a de ressignificar suas experiências dolorosas e construir formas saudáveis de exercício da sexualidade.

Material e Métodos

Nesta intervenção, foi necessário estabelecer comunicação com o Projeto Sentinela em Florianópolis, o qual é responsável por realizar o diagnóstico situacional dos casos de violência encaminhados pelo Conselho Tutelar, bem como prestar atendimento às vítimas de violência. Nessa parceria, ficou também acordado que este projeto sentinela indicaria ao Conselho Tutelar, além da medida a ser cumprida (de responsabilização, aos autores de violência e de proteção às vítimas), o encaminhamento de autores de violência sexual, sendo estes adolescentes, assim como suas vítimas ao atendimento terapêutico oferecido pelo projeto Fênix.

Ao chegar os encaminhamentos, estes eram deixados aos cuidados das psicólogas ou da assistente social que, juntamente com um dos bolsistas, estabeleciam o primeiro contato através da realização de uma visita domiciliar, na qual buscou-se sensibilizar a família quanto à importância de participar do projeto e a realização do agendamento para o primeiro atendimento individual. Os atendimentos individuais realizados pelas psicólogas ocorreram no CAPS-AD (Centro de Atendimento

Psicossocial para Crianças e Adolescentes), momentos estes nos quais também foram realizados atendimentos sócio-educativos com o acompanhante do jovem participante. Os atendimentos foram realizados por uma Assistente Social, com a intenção de incluir a rede familiar no trabalho e possibilitar a reflexão sobre a geração e enfrentamento da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, minimizando a revitimização, visto que a intervenção deve considerar o lugar que cada um ocupa nesse sistema.

Os atendimentos individuais objetivavam estabelecer um primeiro contato terapêutico com a criança ou adolescente, dando-lhes um espaço para reflexão e ressignificação da situação de violência vivenciada. Visava-se ainda, através destes atendimentos, estabelecer uma etapa preparatória aos grupos, até que estes pudessem ser articulados, assim que houvesse um número suficiente de sujeitos em atendimento para esta formação.

Os adolescentes e crianças autores de agressão sexual ou as vítimas encaminhadas ao Projeto Fênix têm sua medida de proteção ou de responsabilização aplicada pelo Conselho Tutelar ou pelo Juizado da Infância e Juventude. Ao serem encaminhados por esses órgãos ao Programa Sentinela, para que seja feito o diagnóstico que definirá se o adolescente realmente cometeu o ato infracional do abuso sexual, o Projeto Fênix sugeria ao Conselho Tutelar que esses meninos deveriam ser tratados terapeuticamente dentro do Projeto. A indicação da medida chegaria ao Conselho Tutelar pelo Programa Sentinela, juntamente com o diagnóstico que avalia se o adolescente realmente cometeu o abuso. Algumas vezes, esse procedimento já vem indicado diretamente do Juizado da Infância e Juventude, porém não é o trajeto mais comum.

Sendo assim, crianças e adolescentes vítimas de violência sexual perpetrada por adolescentes foram encaminhados ao Projeto Fênix para desenvolvimento do trabalho terapêutico através do trajeto demonstrado pelo fluxograma abaixo.

**Crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual perpetrado por
adolescentes:**

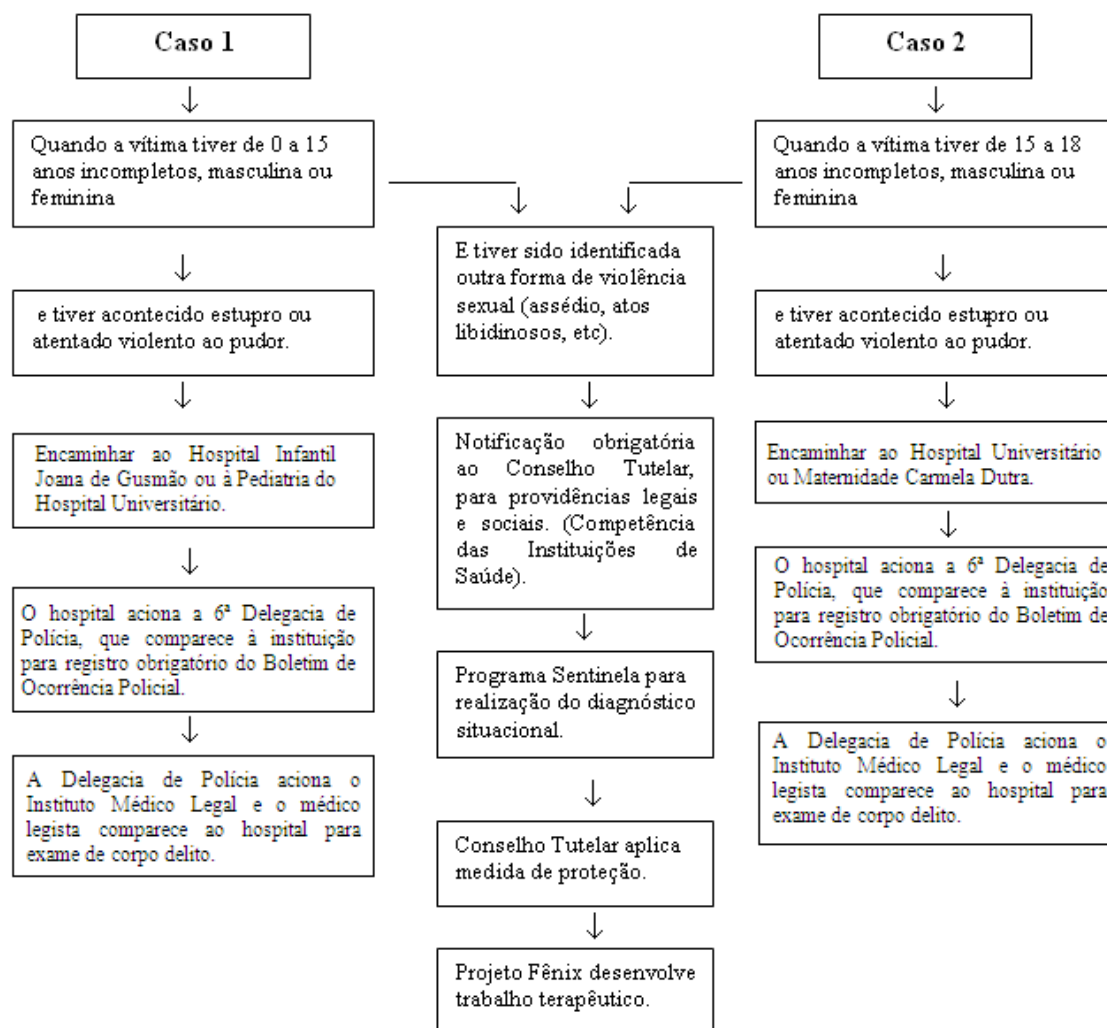


Figura 01 – Fluxograma de encaminhamento de vítimas de abuso sexual
Fonte: elaborada pelos autores, 2006.

No caso de crianças e adolescentes autores de agressão sexual, a medida de proteção é aplicada pelo Conselho Tutelar ou pelo Juizado da Infância e da Juventude. O Projeto Fênix recebe os encaminhados e realiza os atendimentos, conforme demonstrado no fluxograma que segue.

• Crianças e adolescentes autores de agressão sexual:

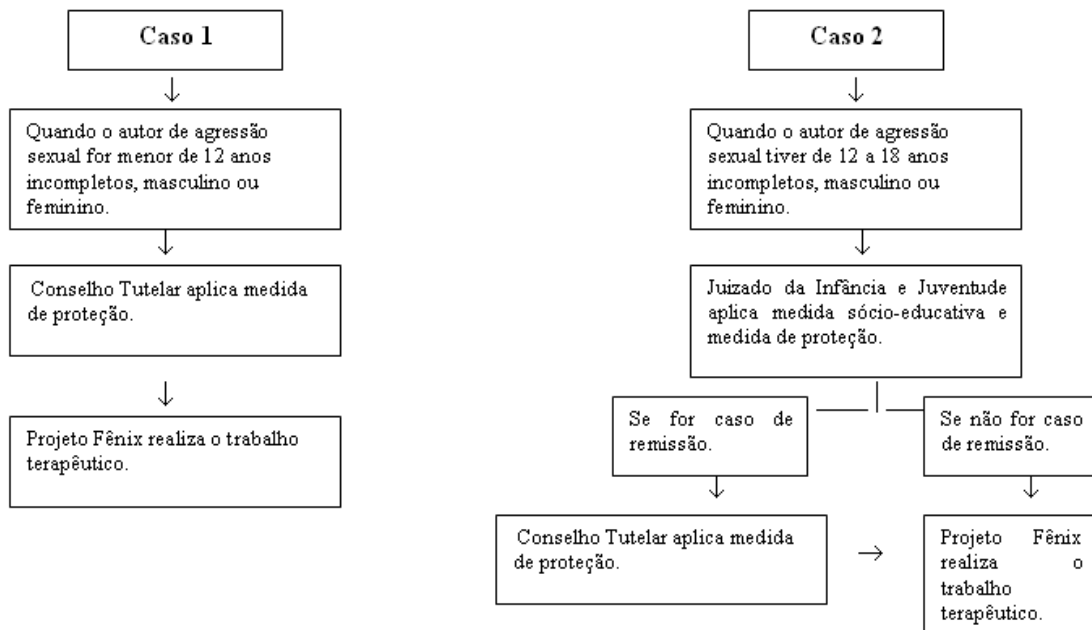


Figura 02- Fluxograma de encaminhamento de autores de agressão.

Diante do encaminhamento feito pelo Conselho Tutelar ao projeto, uma das psicólogas ou a assistente social, juntamente com um dos bolsistas, ficava responsável por contatar a família, visando convidar a criança ou o adolescente para o atendimento individual. Preferiu-se, para facilitar a vinculação, a visita domiciliar direta para tal contato. No entanto, deparou-se com algumas dificuldades, tais como: a inacessibilidade de determinadas regiões da cidade em determinados horários, devido à violência no morro e a falta de atualização das informações e endereços sobre os sujeitos, decorrentes do fato de que alguns haviam se mudado. Desta forma, alguns contatos precisaram ser feitos por telefone, outros não tiveram possibilidade de encaminhamento, resultando no repasse da situação para o conselho tutelar.

Os atendimentos individuais ocorreram quinzenalmente e em dias diferentes para autores e vítimas de agressão. Em reuniões também quinzenais era realizada a supervisão dos casos, momentos estes em que eram relatados os casos para toda equipe e nos quais também eram realizadas discussões teóricas e planejamento de atendimentos. Eram realizadas, ainda, reuniões semanais com a equipe, as quais, assim como os atendimentos individuais e reuniões de supervisão, realizaram-se no CAPS-AD (Centro de Atendimento Psicossocial para Crianças e Adolescentes) no ano de 2006.

Essas ocorreram como momentos de discussão sobre o andamento dos atendimentos e os entraves do processo, planejamentos de atividades, bem como discussão de temas pertinentes à elaboração de uma metodologia de intervenção e acompanhamento teórico de literatura nas áreas de violência de gênero e violência sexual.

Resultados e Análise

No momento em que o Projeto Fênix começou a ser elaborado, havia uma demanda de dezenove meninos autores de agressão no Programa Sentinela. No entanto, desde o período em que o projeto foi pensado até o momento em que foi financiado e com possibilidade de ser realizado, já havia se passado dois anos. Sendo assim, esses meninos já haviam sido encaminhados a outros programas, ou já haviam sido liberados, uma vez que a medida sócio-educativa para um adolescente é de, no máximo, três anos. Desta forma, acredita-se que parte deste grupo de meninos já não estava mais disponível para ser encaminhada ao projeto, e novos adolescentes autores de agressão deveriam ser localizados. Além disso, ocorreu, neste intervalo, uma mudança no quadro de funcionários responsáveis pela coordenação do projeto Sentinela, o que prejudicou a manutenção dos acordos feitos até então com o projeto Fênix. Alguns membros do projeto Sentinela passaram a considerar inviável o encaminhamento de crianças e adolescentes vítimas e autores de violência sexual, partindo da compreensão de que este projeto já realiza o atendimento à referida demanda. Desta maneira, fez-se necessário o engajamento dos membros do projeto Fênix em um novo acordo, por entender que este se trata de um projeto que complementaria o atendimento já realizado pelo Sentinela, já que o último não privilegia o atendimento aos autores de agressão.

O Conselho Tutelar tem como funções acolher a denúncia, averiguar a situação de maus-tratos com visitas familiares, nas escolas ou na comunidade, a fim de colher informações para, caso seja necessário, encaminhar a criança ou adolescente a programas específicos na aplicação de medidas de responsabilização ou de proteção. Além de acompanhar os casos até que a situação geradora do problema seja superada.

Possivelmente, a dificuldade da chegada dos adolescentes ao Projeto Fênix tenha se dado pela falta de uma comunicação satisfatória entre as entidades envolvidas, assim como o excesso de burocracia pode ter inviabilizado a formação dos grupos.

Encontramos grande resistência do programa Sentinela em nos encaminhar esses

adolescentes, eles entendem que são o órgão nacionalmente responsável pelo tratamento de vítimas de violência sexual. Num primeiro momento, foi acordado que eles enviariam ao projeto apenas os autores de agressão, já que se encaminhassem as vítimas também poderiam, equivocadamente, passar a impressão de não querer tratá-las. Porém, finalmente chegou-se ao acordo de que seriam encaminhados os autores de violência sexual e suas vítimas. Contudo, acreditamos que a resistência ao encaminhamento tenha se mantido, ocasionando um número escasso de possíveis participantes dos grupos terapêuticos.

Há grande dificuldade em trabalhar em parceria e compreender que é possível realizar um projeto em conjunto com outra instituição sem, no entanto, enfraquecer o seu serviço, mas sim criar a possibilidade de oferecer à população um serviço mais rico e eficiente.

Acreditamos que outro aspecto que possivelmente dificultou a elaboração dos grupos tenha sido a incompreensão do tema. Em nossa sociedade, vivenciamos uma cultura que valoriza o atendimento e atenção às vítimas e a punição aos agressores. Não existe o hábito de trabalhar com serviços de atenção a autores de violência, dificilmente lhes é dada a oportunidade de refletir sobre o ato cometido e de dar lugar a formas saudáveis de vivência da sexualidade.

Perpetua-se o ciclo da violência, pois as próprias pessoas e instituições que deveriam interrompê-lo reproduzem a agressão. Ainda não há em nossa cultura o hábito de tratar os dois pólos em questão; não somente o pólo vitimado, mas também o pólo agressor, a fim de que o circuito da violência seja descontinuado.

Um outro motivo que inviabilizava a formação dos grupos era o fato de os encaminhados, constantemente, justificarem o não comparecimento ao atendimento por não receberem os passes do transporte urbano que seriam fornecidos pelo Projeto Fênix.

Devido ao longo trajeto desde o momento da denúncia, o encaminhamento pelo Conselho Tutelar, até a sua chegada ao atendimento do Projeto Fênix, acreditamos que muitos dos sujeitos se perdiam. A extrema burocracia das instituições dificultou a chegada dos adolescentes e crianças ou atendimento necessário.

Até o presente momento, estão sendo atendidos quinzenalmente pelas psicólogas do Projeto Fênix apenas três adolescentes autores de agressão sexual (dois de 15 e um de 12 anos de idade), e três vítimas, individualmente. O projeto também conta com

outro psicólogo que, segundo o objetivo inicial, trabalharia com os grupos dos familiares, juntamente com uma assistente social.

Durante as reuniões de orientação e planejamento do projeto, fez-se necessária a reflexão sobre a questão do sigilo no processo terapêutico, nos casos em que, durante os atendimentos, chegasse ao conhecimento do profissional que seu paciente cometeu ou sofreu algum tipo de violência. Esta questão coloca em jogo um dos fatores básicos do contrato para a promoção do *setting* terapêutico: o sigilo, que permite construir o ambiente de confiança tão importante e fundamental para o processo. A relação terapêutica é a base da psicoterapia, sem a qual o processo não pode acontecer. Devido a questões de ordem moral, muitas vezes, o paciente demora a relatar certas experiências, fazendo isso apenas quando se sente acolhido num ambiente de confiança e aceitação. À medida que isto acontece, surgem novas possibilidades de intervenção, produzindo, de fato, as mudanças desejadas.

A partir deste ambiente de confiança que é garantido pelo sigilo terapêutico, ocorre o desenvolvimento do processo terapêutico. Sendo assim, uma relação em que poderia ocorrer a quebra de sigilo, a confiança não se construiria plenamente e não haveria espaço para a manifestação dos acontecimentos vitais da experiência terapêutica.

Segundo o Conselho de Ética do Conselho Regional de Psicologia, o psicólogo não é obrigado a fazer a denúncia, somente quando entender que se trata de um caso delituoso e que a manutenção do sigilo possa trazer conseqüências negativas para terceiros, para o psicólogo ou para o próprio atendido; contudo, é dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional. Sendo assim, o psicólogo poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo.

O objetivo inicial proposto - de atendimento em grupo para meninos autores de agressão sexual e vítimas - não aconteceu, pois não há crianças encaminhadas em número suficiente que possam comportar a realização de grupos terapêuticos. Até então, essa proposição está prejudicada e é possível que fique prejudicada no encerramento do projeto, se não houver pessoas em número suficiente até setembro de 2007.

No entanto, uma avaliação mais detalhada só poderá ser realizada no final do

projeto, pois ainda existe a possibilidade de formação de grupos. Além disso, existia também o objetivo de se formular uma metodologia para esse tipo de atendimento em grupo a adolescentes autores de agressão, uma vez que se trata de um projeto pioneiro na área, e esse objetivo está sendo gradualmente alcançado.

O Projeto Fênix comporta uma parte que diz respeito ao tratamento de vítimas e autores de violência, mas tem também, por finalidade, a construção de uma metodologia, a qual está sendo construída ao longo da elaboração e realização do trabalho. Já foi elaborado material teórico sobre a reflexão conceitual da equipe e artigos de avaliação da metodologia. As perspectivas futuras do projeto estão focadas no objetivo de criar um serviço permanente no intuito de atender adolescentes que cometeram agressão sexual.

Considerações Finais

As atividades de extensão realizadas nas instalações do CAPS-AD (Centro de Atendimento Psicossocial para Crianças e Adolescentes) possibilitaram, além de uma maior compreensão acerca dos fatores que se articulam em um contexto de violência sexual, uma aproximação com as dificuldades vivenciadas por uma imensa demanda de sujeitos (vítimas e principalmente autores de violência) que, em geral, não são privilegiados pelos serviços de saúde pública destinados à problematização desta temática.

Através de reuniões semanais com a equipe engajada no Projeto Fênix, bem como em reuniões de supervisão dos casos em atendimento, pôde-se perceber como o lugar ocupado pelos autores de agressão ainda é envolto de preconceitos; pouco lhes é oferecido como oportunidade de enfrentamento de suas dificuldades e ressignificação de suas formas de vivenciar sua sexualidade. Constata-se a ampla dificuldade destes sujeitos em escapar à fixidez evocada pela atribuição de “agressor” e toda carga de preconceitos construída social e historicamente que carrega esta nomeação.

Furniss (2002) sinaliza a possibilidade de vitimizadores sexuais terem sofrido violação sexual anterior, o que nos faz pensar que uma violência sexual internalizada de forma silenciosa pode vir a produzir um potencial perpetrador de novos abusos. Diante disso, possibilitar a esses jovens um espaço de ressignificação de suas vivências, bem como de reapropriação de sua sexualidade, é atuar na quebra do ciclo de geração e

reprodução da violência.

Fez-se também importante, neste trabalho, utilizar a perspectiva de gênero para melhor compreender as relações de poder que transformam as diferenças, seja de gênero ou geração, em desigualdades. Desta forma, tornou-se possível um melhor entendimento das articulações culturais que tornam possíveis as vivências de masculinidades tão atreladas à violência. Como aponta Messerschmidt (2000) que associa a violência e o abuso sexual por parte de homens a situações de “desafios à masculinidade”, em que, sem encontrar outra alternativa para constituir uma “identidade masculina”, recorrem a abusos como forma de se localizar como homem em nossa sociedade.

O contato estabelecido com o Conselho Tutelar, assim como com o Projeto Sentinela, também proporcionou ampliarmos nossa compreensão quanto a estas instâncias, bem como o entendimento disseminado nestas em relação ao tema da violência sexual. Ao estabelecermos as parcerias, evidenciou-se considerável resistência destes órgãos à implementação de um serviço de atenção a autores de violência, resultando em um número escasso de encaminhamento para os atendimentos terapêuticos do Projeto Fênix, ainda que houvesse nestas uma imensa demanda reprimida.

Referências

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

MESSERSCHIMIDT, J. W. Becoming “Real Men”: Adolescent Masculinity Challenges and Sexual Violence. **Men and Masculinities**, v.2, p. 287-307, jan. 2000.

PADOVANI, R. C.; WILLIAMS, L. C. A. Intervenção psicoterapêutica com agressor conjugal: um estudo de caso. **Psicologia em Estudo**, v.7, n.2, p.13-17, jul./dez. 2002. Disponível em: <www.scielo.org>.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, E. R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n.1, p. 59-70, mar. 2005.

WELTZER-LANG, D. Os homens e o masculino numa perspectiva das relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica Raisa. **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo editorial 2004.